

Gim conclui relatório para emenda parlamentar

O relator-geral do Orçamento concluiu a análise das 192 emendas e quer votar seu relatório já nesta terça-feira. Questão do mínimo continua indefinida. **3**

Confea deve fazer relatório sobre obras inacabadas

Projeto de Fernando Collor que poderá ser votado hoje pela CMA tem o objetivo de fortalecer os mecanismos de fiscalização pelos órgãos de controle externo e interno do Executivo e do Congresso. **3**

Senadora espera votar pré-sal ainda neste ano

Serys Slhessarenko acredita que os deputados podem finalizar votação dos dois últimos projetos do pré-sal em 2010 e enviá-los ao exame dos senadores. **3**

Os cuidados essenciais na primeira infância

Senado promove a partir de hoje a 3ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz com debates, cursos, oficinas e exposição

Especialistas do Reino Unido, da França e do Brasil participam, de hoje a sexta-feira, da 3ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, organizada pelo Senado. Sob o tema central "A importância dos primeiros laços entre o bebê e os cuidadores", o programa

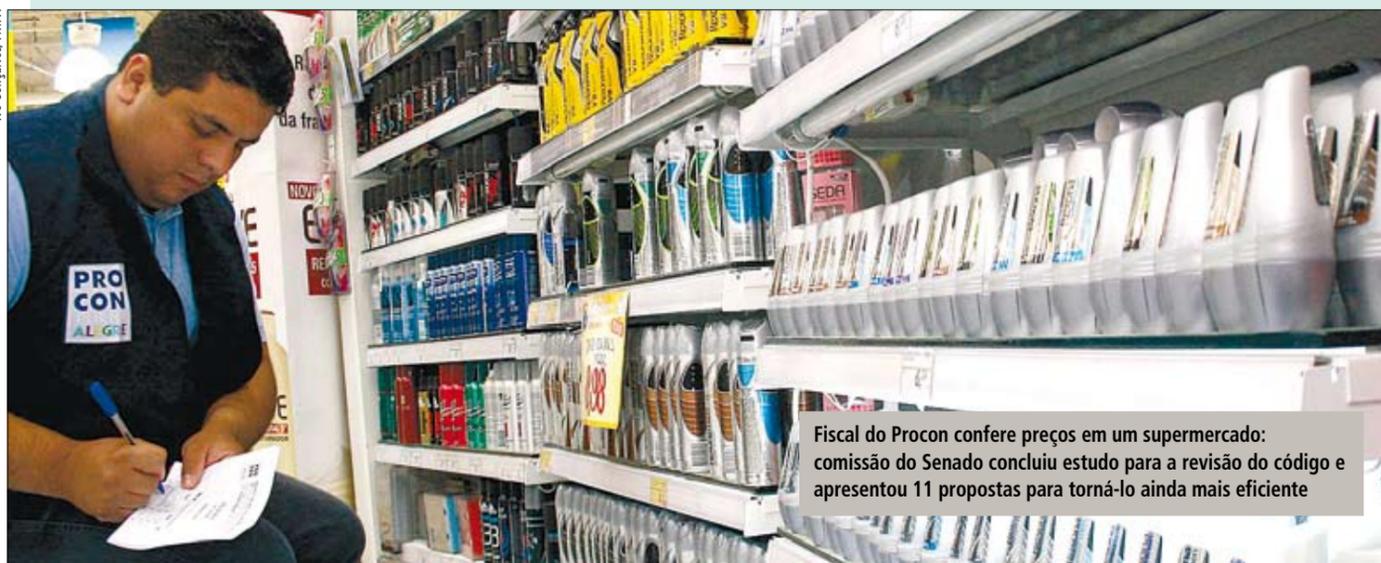
prevê palestras, oficinas, cursos específicos, lançamento de livros, exibição de filme e exposição, além de audiência pública marcada para amanhã. A meta é conscientizar o poder público e a sociedade para a importância dos primeiros anos de vida na formação do indivíduo. **2**



Audiência pública conjunta de duas comissões (CE e CAS) reúne amanhã legisladores e especialistas para discutir políticas públicas para a primeira infância

Shomir Wolf/SXC

Ivo Gonçalves/PM/PA



Fiscal do Procon confere preços em um supermercado: comissão do Senado concluiu estudo para a revisão do código e apresentou 11 propostas para torná-lo ainda mais eficiente

especial
Cidadania

Avanços no Código do Consumidor em pauta

Pacote de projetos quer modernizar e ampliar a legislação, que completou 20 anos. **4**

Audiência pública amanhã, às 10h, é um dos destaques na programação da 3ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, que vai até esta sexta-feira

Atendimento a autistas será discutido na CAS

Está sob a responsabilidade do senador Flávio Arns (PSDB-PR) a análise de uma sugestão de projeto de lei que prevê a criação de um sistema nacional integrado de atendimento a autistas. Para discutir a iniciativa, ele solicitou audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que será realizada amanhã.

A sugestão é da Associação em Defesa do Autista (Adefa). Se Arns acatá-la, a sugestão será transformada em projeto de lei.

Foram convidados ao debate as presidentes da Adefa, Julceli Vianna Antunes; da Associação Brasileira de Autismo (Abra), Marisa Furia Silva; e da Associação de Amigos do Autista da Bahia (AMA-BA), Rita Valéria Brasil Santos, além do professor de Psiquiatria Marcos Tomanik Mercadante.

O autismo caracteriza-se pela perda "da relação com os dados e exigências do mundo circundante", define o dicionário Houaiss.

Debates, cursos e exposição marcam 3ª Semana da Primeira Infância

O SENADO REALIZA, de hoje até sexta-feira, a 3ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz. Neste ano, o tema será "A importância dos primeiros laços entre o bebê e os cuidadores". Aproveitando a ocasião, duas comissões da Casa – a de Assuntos Sociais (CAS) e a de Educação, Cultura e Esporte (CE) – promovem, amanhã, audiência pública sobre o assunto, às 10h, na sala 15 da Ala Alexandre Costa.

Foram convidados para o debate a professora Elvidina Nabuco Adamson-Macedo, que trabalha na Inglaterra; Bernard Golse, que atua na área de psiquiatria infantil na França; e Sylvain Missonnier,

professor de psicologia na França.

Eles participam também, juntamente com vários outros palestrantes, de simpósio que leva o nome da 3ª Semana. Serão cinco cursos e quatro oficinas divididos em aulas sobre assuntos específicos relacionados com a primeira infância.

As atividades incluem ainda a exposição *Laços afetivos na primeira infância*, que será exibida de hoje a sexta-feira na Aliança Francesa de Brasília, lançamento de livros e exibição do filme *Loczi, uma casa onde crescer*.

Confira a programação completa em <http://migre.me/2aDMm>.

Quintanilha cobra plano para ensino fundamental



Leomar Quintanilha

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) defendeu sexta-feira a criação de um programa nacional de educação sob responsabilidade do governo federal que uniformize o ensino fundamental brasileiro. De acordo com o senador, apesar de o Brasil estar caminhando para se tornar uma potência

econômica mundial, ainda não conseguiu "dar educação adequada a seu povo".

– Temos de encontrar recursos para revolucionar a educação nacional, sob pena de o país caminhar, como está caminhando, para ser uma grande potência internacional, mas seu povo não acompanhar o ritmo e o desenvolvimento do país – alertou.

Segundo ele, o Brasil precisa reexaminar suas prioridades, de forma a solucionar a disparidade da qualidade de ensino entre as escolas do país. Ele defende que, respeitadas as diferenças regionais, seja elaborado conteúdo programático único para todas as instituições de ensino.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou a gestão das universidades federais e a execução do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Mozarildo pede apuração rápida de fraudes em RR

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apelou ao Ministério Público de Roraima e à Polícia Federal agilidade nas investigações das denúncias de corrupção nas eleições ao governo de seu estado. O senador disse que há muitas provas de corrupção e pede a cassação do mandato do governador reeleito, José de Anchieta Júnior (PSDB).

– É preciso agora que os órgãos encarregados, no caso o Ministério Público Federal, por meio do procurador em Roraima, e a Polícia Federal, ajam de maneira rápida. Depois que passa a eleição, morre tudo, toda corrupção que foi feita é jogada para debaixo do tapete e fica por isso mesmo – disse.

O senador pediu que os partidos políticos e as instituições do estado, assim como o Comitê de Combate à Corrupção Eleitoral, não deixem que os processos sejam engavetados.

Mozarildo disse que a Polícia Federal apreendeu, no primeiro turno, R\$ 4 milhões em recursos irregulares em todo o Brasil. Desse valor, disse, R\$ 2,5 milhões foram no estado de Roraima, que tem o menor número de eleitores do país.



Mozarildo Cavalcanti

Fotos de J. Freitas/Senado Federal

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Terça-feira

Plenário Caatinga como patrimônio nacional

14h Os senadores analisam pauta com proposta de emenda à Constituição que inclui a Caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

CRA Seguro-desemprego na entressafra

9h30 O trabalhador rural que cultiva cana-de-açúcar poderá receber seguro-desemprego no período de entressafra. Projeto nesse sentido está na pauta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

CAE Incentivo à contratação de maiores de 50

10h A Comissão de Assuntos Econômicos analisa projeto que prevê a concessão de incentivos fiscais para empresas que contratarem trabalhadores a partir de 50 anos.

Infância Primeiros laços

O Senado promove a 3ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, com o tema "A importância dos primeiros laços entre o bebê e os cuidadores". Objetivo é sensibilizar e conscientizar o poder público e a sociedade sobre o assunto.

CE Problemas no Enem

11h O ministro da Educação, Fernando Haddad, fala sobre falhas na execução do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Projeto em pauta cria cadastro de obras públicas.

CMA Regras sobre propaganda de alimentos

11h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle se reúne para analisar proposta que estabelece regras sobre a propaganda de alimentos.

Quarta-feira

CCT Crianças desaparecidas

8h30 Projeto que cria o Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos consta da pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

CCJ Banco Panamericano

10h Os presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles; da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Coelho; da Deloitte Touche Tohmatsu, Juarez Araújo; e da KPMG no Brasil, Pedro Melo, falam sobre a crise no Panamericano.

CE e CAS Primeira infância

10h Audiência conjunta sobre primeira infância e cultura da paz. Entre os convidados, Elvidina Adamson-Macedo, da Universidade de Wolverhampton; e o chefe de Psiquiatria Infantil do Hospital Necker-Enfants Malades, Bernard Golse.

CAS Atendimento à criança pelos planos de saúde

11h A Comissão de Educação vota proposta sobre atendimento médico a crianças e adolescentes pelos planos de saúde. Também analisa projeto que institui a política nacional de medicamentos.

Subcomissão Situação de faixas de fronteira

10h A Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira debate a situação conjuntural dos estados do Tocantins, Roraima e Amapá. Foram convidados Junior Coimbra, Antonio Mecias Pereira de Jesus e Jorge Amanajás, respectivamente, presidentes das assembleias legislativas do Tocantins, de Roraima e do Amapá.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Serys Slhessarenko • Mozarildo Cavalcanti

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



Senadora lembra que dois projetos estão na Câmara e voltarão ao Senado

Serys defende votação final do pré-sal neste ano

O Congresso precisa dar conta ainda este ano da aprovação dos dois projetos referentes ao marco regulatório do pré-sal que estão pendentes de exame, defendeu a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) na sexta-feira. Ainda tramitam na Câmara dos Deputados as propostas que tratam da regulamentação do regime de partilha (participação dos estados nas receitas da exploração do petróleo) e do Fundo Social, que definirá as prioridades de aplicação dos recursos que serão arrecadados.

Serys avaliou como positiva a confirmação, pelo presidente em exercício da Câmara dos Deputados, deputado Marco Maia, de que os dois projetos estão no topo das prioridades da Casa até o fim do ano. Da Câmara, voltarão ao exame do Senado e, se aprovados sem modificações, irão à sanção presidencial.

– O pré-sal, este verdadeiro bilhete premiado, é o passaporte para um futuro promissor que queremos, com mais prosperidade, principalmente para as futuras gerações do país – observou Serys.



Senador cobra a votação do presidente da Câmara, Michel Temer

Mão Santa pede aprovação da PEC dos Policiais

A exemplo de outros senadores, Mão Santa (PSC-PI) fez um apelo na sexta-feira para que a Câmara dos Deputados aprove a proposta de emenda à Constituição que equipara os vencimentos de policiais militares e bombeiros de todo o país aos do Distrito Federal (PEC 446/09).

– Temer [Michel Temer, presidente da Câmara], bote isso para votar! – disse ele.

Mão Santa disse ainda que Temer “não sairá bem da Câmara se não aprovar essa proposta”. O deputado deixa o Congresso no final do ano para assumir em janeiro o cargo de vice-presidente da República.

Objetivo de proposta de Fernando Collor, que deverá ser votada hoje pela CMA, é aperfeiçoar os mecanismos de fiscalização das obras públicas pelos órgãos de controle externo e interno do Executivo e do Congresso Nacional

Projeto obriga Confea a apresentar relatório sobre obras inacabadas

PROPOSTA QUE ATRIBUI ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) a obrigação de apresentar aos órgãos de controle externo e interno da União e do Congresso Nacional um relatório anual sobre obras públicas inacabadas e paralisadas há mais de um ano, custeadas com recursos federais, deverá ser votada hoje pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). De autoria do senador Fernando Collor (PTB-AL), o projeto tem o objetivo de aprimorar os instrumentos de fiscalização e controle das obras públicas.

Caberá aos conselhos regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (creas) o envio de informações ao Confea para a elaboração do relatório, que terá que ser fornecido, em meio eletrônico, aos órgãos de fiscalização até 31 de dezembro de cada ano.

Cadastro

Relator da matéria, o senador Jefferson Praia (PDT-AM) apresentou emenda determinando a criação de um cadastro geral de obras públicas.

Argumenta o senador que, sem esse cadastro, o Confea não terá condição de cumprir



Obra federal no Pará: órgãos fiscalizadores devem receber relação de ações inconclusas até 31 de dezembro de cada ano

com a obrigação determinada pelo projeto.

– Ora, se nem a União sabe quais são as obras que tem, como poderia ser o Confea obrigado a percorrê-las? – questiona o senador.

Outra modificação proposta por Jefferson Praia reduz, em relação ao que consta do projeto original, as informações que devem constar do relatório a ser elaborado pelos fiscais dos creas.

Segundo o projeto, o Confea estará sujeito a multa caso não envie o relatório em conformidade com o previsto. De acordo com emenda do relator, a multa deverá ser de 0,1% do

valor das obras que, devendo constar no relatório, não forem mencionadas.

Segurança aérea

A CMA examinará na mesma reunião projeto de lei da Câmara dos Deputados (PLC 74/09) que estabelece medidas para reduzir o risco de acidentes decorrentes da colisão de aeronaves com pássaros.

Com substitutivo de Jefferson Praia, o texto a ser votado define uma área de segurança aeroportuária e restrições para o aproveitamento de imóveis situados no interior dessa região, entre as quais proibição

de implantação de atividade atrativa de aves; cessação, imediata ou gradual, de atividades desse tipo já existentes, observando a legislação ambiental, inclusive quanto à recuperação da área degradada; e implantação e operação condicionadas de atividades com potencial de atração de aves, como as indústrias de alimentos cujos resíduos possam alimentá-las.

Outro projeto (PLC 70/09) na pauta da comissão estabelece que as operadoras de telefonia fixa serão obrigadas a divulgar, nas listas telefônicas de distribuição compulsória, o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

Gim dá parecer para emendas ao Orçamento

O relator-geral do Orçamento da União do ano que vem, senador Gim Argello (PTB-DF), reuniu-se com técnicos do Congresso Nacional para analisar as 192 emendas apresentadas por deputados e senadores ao Projeto de Lei Orçamentária de 2011. O resultado de seu trabalho foi distribuído, antes do final de semana, aos 40 membros da Comissão Mista de Orçamento (CMO), com um parecer para cada emenda.

De acordo com o relator, o

que predomina nessas emendas são reajustes no valor do salário mínimo (para R\$ 580, defendido pelas centrais sindicais, ou R\$ 600, defendido pela oposição); reajustes das aposentadorias acima de um salário mínimo; e a especificação de valor para os repasses exigidos pela Lei Kandir (destinados a compensar os estados pela perda de receita resultante do fim do recolhimento do ICMS que incidia sobre as exportações).

Na semana passada, Gim Ar-

gello anunciou que será possível destinar R\$ 3,9 bilhões para o atendimento da Lei Kandir, mas a cifra ainda não está fixada no Orçamento. Nas emendas parlamentares, outra constante é o pedido de ampliação do limite das emendas individuais, cujo teto atual é de R\$ 12,5 milhões.

Hoje, o senador deve se reunir com os ministros do Planejamento, Paulo Bernardo, e da Previdência, Carlos Gabas, para examinar esses números e a questão do mínimo. Ainda



Gim Argello pretende colocar relatório em votação ainda hoje

hoje, o parlamentar pretende submeter o relatório à votação na CMO.

CCJ ouve presidentes do BC e da Caixa sobre Panamericano

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realizará audiência pública amanhã, às 10h, para esclarecer a crise no Banco Panamericano. Foram convidados o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; a presidente da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho; e representantes das empresas de auditoria Deloitte Touche Tohmatsu Brasil, Juarez de Araújo, e KPMG no Brasil, Pedro Melo.

O requerimento para a reunião é dos senadores Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Edu-

ardo Suplicy (PT-SP) e Aloizio Mercadante (PT-SP).

O Banco Central detectou fraudes contábeis no balanço do Banco Panamericano, que tem parte de suas ações em poder da Caixa Econômica Federal. Para evitar a liquidação da instituição financeira, o Fundo Garantidor de Crédito, instituição privada mantida pelos próprios bancos, emprestará R\$ 2,5 bilhões ao Panamericano.

Ao pedir a audiência, o senador Antonio Carlos Júnior disse estranhar o envolvimento da Caixa em transação com uma empresa em crise.

CCT discute novos benefícios para zona franca de Macapá

Com 31 itens na pauta de votações, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realiza reunião extraordinária amanhã, às 8h30. Os senadores poderão votar o projeto de lei (PLS 348/05) do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) que concede os mesmos benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus para bens de informática e automação industrializados na Área de Livre Comércio (ALC) de Macapá e Santana, no Amapá.

Papaléo Paes propõe mudança no artigo 11 da Lei 8.387/91

para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os bens fabricados naqueles municípios amapaenses. Também sugere reduzir o Imposto de Importação sobre insumos empregados na fabricação desses produtos.

O autor argumenta que o Amapá carece de medidas de estímulo ao desenvolvimento econômico e de oportunidades de emprego e renda para a população. Segundo ele, a ALC de Macapá e Santana, depois de um bom início, perdeu fôlego com a redução das alíquotas do Imposto de Importação.

Senado debate novos direitos para consumidor

Comissão elaborou proposta de aperfeiçoamento do Código de Defesa do Consumidor, entre elas regras claras para o comércio eletrônico

O APERFEIÇOAMENTO DO Código de Defesa do Consumidor (CDC) está na agenda do Congresso do próximo ano. Depois de quase um ano de debates, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) decidiu apresentar uma ampla análise sobre os 20 anos do CDC (Lei 8.078/90), completados em 11 de setembro, e 11 propostas para aprimorar o texto, um dos mais importantes do direito privado brasileiro da segunda metade do século 20.

Pelo menos um dos projetos, o que estabelece regras para o comércio eletrônico, introduz tema que não existia na época em que a lei foi promulgada (veja reportagem abaixo). Outro disciplina a multa civil,



Comércio em Porto Alegre: comissão propõe multa civil para empresas que repetidamente violam direitos do consumidor

dispositivo que acabou sendo vetado no texto final do CDC.

— O retorno dessa importante ferramenta de manutenção do equilíbrio na relação de consumo nunca foi discutido

pelo Congresso —, afirma o presidente da CMA, senador Renato Casagrande (PSB-ES).

Essa multa pode ser aplicada quando o juiz percebe que determinada empresa não

muda sua conduta apesar do volume de reclamações por parte do consumidor, conforme explicou Juliana Pereira, do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC)

do Ministério da Justiça.

Em entrevista ao **Jornal do Senado**, ela avaliou que esse instrumento pode reduzir o número de reclamações que hoje tumultuam a pauta dos juizados especiais cíveis.

A proposta da CMA estimula o autor da ação individual a assegurar participação, variando de um centésimo a um décimo, no valor recolhido com a aplicação da multa civil. O restante deverá ir para o Fundo de Direitos Difusos do Ministério da Justiça e os fundos estaduais e municipais voltados para a proteção do consumidor. Esses valores só irão integralmente para os fundos quando a ação for proposta pelo DPDC, pelo Ministério Público e pelos procons.

Outras possíveis mudanças

- O juiz terá de levar em consideração as normas do CDC, mesmo que elas não tenham sido alegadas pelas partes no processo, reforçando a defesa do consumidor no âmbito do Judiciário.
- O Superior Tribunal de Justiça dará prioridade de tramitação e julgamento aos processos coletivos, quando houver demandas individuais sobre a mesma matéria de direito do consumidor.
- Será proibida publicidade abusiva de alimentos para o público infantil que induza a padrões de consumo incompatíveis com a saúde, especialmente daqueles com quantidades elevadas de açúcar, gordura, sal etc.
- Maior integração entre os órgãos de proteção e defesa do consumidor e as agências reguladoras, que deverão levar em conta o volume de reclamações de usuários quando realizarem a avaliação de desempenho das empresas de cada setor.
- Reforço às decisões dos procons, que passam a ter eficácia de título executivo extrajudicial.
- Aprimoramento das regras de recall, como informações mais claras e precisas.
- Prazo dobrado para o consumidor reclamar, passando de 30 para 60 dias no caso de fornecimento de serviço e produtos não duráveis e de 90 para 180 em relação aos duráveis.

Projeto garante proteção a quem usa comércio virtual

Se há 20 anos, quando o CDC foi sancionado, o uso da internet para fins comerciais inexistia no Brasil, hoje é um meio cada vez mais difundido. Estima-se que, ao final deste ano, 23 milhões de brasileiros, os chamados e-consumidores, tenham realizado pelo menos uma compra pela internet. Em 2009, eram 17,6 milhões de pessoas.

A receita prevista para o comércio virtual pode alcançar R\$ 14,3 bilhões, um aumento de 35% em relação ao faturamento do ano passado, conforme dados da E-bit, empresa fundada em 1999, pioneira em pesquisas sobre hábitos e tendências do e-commerce no Brasil (veja info).

As normas do código têm amparado esse consumidor. Mas

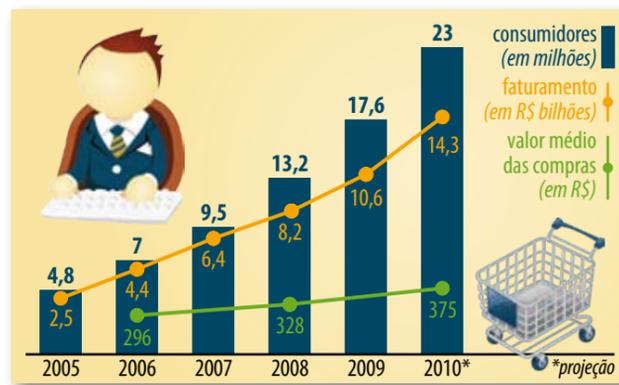
a discussão principal é se elas são suficientes para proteger os brasileiros que preferem a comodidade das compras de produtos e contratação de serviços pelas lojas virtuais, principalmente aqueles 30 milhões, pelas estatísticas oficiais, que conquistaram renda e ingressaram recentemente no mercado de consumo.

Com essa preocupação, o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) estabeleceu em agosto último diretrizes que devem ser seguidas nessas operações comerciais (veja quadro abaixo).

Na avaliação do presidente da CMA, Renato Casagrande (PSB-ES), a sociedade está solicitando regras específicas que garantam segurança às transações, preservação do sigilo das informa-

Crescimento acima do previsto

Com a análise dos números do primeiro semestre, é esperado um aumento de 35% no faturamento do comércio eletrônico brasileiro em 2010



Fonte: Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico

ções e o exercício do direito de arrependimento em operações fora do estabelecimento do fornecedor, que deverá cumprir o seu dever de informar com clareza sobre condições contratuais na aquisição de bens e serviços pela internet.

Bastante próximo do que estabelece o DPDC, o projeto que a CMA decidiu apresentar na última terça-feira, incluído em um pacote de 11 propostas de aperfeiçoamento do código, pretende definir em lei essas regras.

Compras pela internet já têm regras

Conheça algumas delas

- » as empresas que atuam no comércio eletrônico devem fornecer informações exatas, claras e de fácil acesso e visualização sobre si próprias, e suficientes para permitir:
 - a) sua identificação na página inicial, como denominação e sua forma comercial, o endereço do estabelecimento principal, quando houver, ou endereço postal e endereço eletrônico ou outro meio que possibilite contatá-la, além de CNPJ;
 - b) comunicação rápida, fácil e eficiente;
 - c) regras e procedimentos apropriados e eficazes para a solução dos conflitos;
 - d) notificação de atos processuais e administrativos;
 - e) sua localização e a dos seus administradores.
- » os fornecedores devem também assegurar informações claras e de fácil acesso que descrevam os produtos ou serviços oferecidos, a fim de garantir o direito de escolha dos consumidores, viabilizando o registro dos pedidos e das informações relativas à transação;
- » as informações sobre todas as modalidades e condições de pagamento e todos os custos associados à transação devem ser suficientes para assegurar aos consumidores plena liberdade de escolha;
- » deve haver garantia de que toda a transação seja iniciada e efetivada na língua da oferta; descrição detalhada de todos os custos cobrados pelo fornecedor; indicação de custos adicionais inerentes à transação; condições de entrega e (ou) execução; modalidades e condições de pagamento no financiamento e na venda a prazo, nos termos do Decreto 5.903/06.

Direitos

- » proteção contra as práticas abusivas ou que se aproveitem da sua fraqueza ou ignorância, bem como contra toda publicidade enganosa ou abusiva;
- » proteção na publicidade ou comercialização de produtos, tendo em vista fatores que elevam a sua vulnerabilidade, tais como idade, saúde, conhecimento ou condição social, entre outros;
- » exercício efetivo do direito de arrependimento nos negócios por meio de comércio eletrônico, possibilitando-lhe desistir do contrato firmado no prazo de sete dias sem necessidade de apresentar motivo e sem qualquer ônus.



Saiba mais

Portal com informações sobre os 20 anos do CDC e relatório final
<http://migre.me/2atCW>

Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor
<http://migre.me/2atEE>

Íntegra das diretrizes do

DPDC para comércio eletrônico
<http://migre.me/2atZE>

Debates sobre CDC
Especial Cidadania 298
<http://migre.me/2atlu>

Especial Cidadania 300
<http://migre.me/2atJk>

Especial Cidadania 301
<http://migre.me/2atKa>

Procon São Paulo
www.procon.sp.gov.br
Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
www.idec.org.br